

Presidente da Câmara da Calheta de São Jorge é um defensor das coimas para os prevaricadores

Reserva da caldeira da fajã do Santo Cristo precisa de fiscalização para evitar o “vandalismo” na apanha das amêijoas e taxa turística para entrada de visitantes

O presidente da Câmara Municipal da Calheta de São Jorge, Décio Pereira, comunga da necessidade de salvaguardar e proteger o ambiente marinho dos Açores, mas como diz – “e com o perdão da linguagem -, nós não nos podemos prostituir. Não podemos massificar o destino Açores porque o interesse rapidamente desaparece. Há quem defenda que o que queremos é ter visitantes que tenham dinheiro. Não, nós não queremos só pessoas que tenham dinheiro, queremos é pessoas que tenham consciência do lugar que vão visitar e da pegada ambiental que não podem deixar. (...)”

O Presidente da Câmara Municipal da Calheta de São Jorge está a terminar o seu mandato. Ao longo de três mandatos, como independente, teve sempre a convicção firme de que o trabalho é que dá vida às pessoas e que as faz envolver na sua comunidade.

Décio Pereira, sociólogo de formação e de profissão, tem sido convidado para os mais diversos cargos políticos, contudo, por agora, quer colocar um ponto final na sua acção política – ou talvez uma pausa prolongada -, e desenvolver projectos pessoais na sua ilha. Diz que não se quer envolver na política, mas como em tudo “só o tempo dirá”, até porque ao que se sabe o autarca tem sido pressionado para abraçar projectos políticos, mas numa conversa, que se entende franca, assume que o seu tempo de gestão da causa pública “está a chegar ao fim”. Muito fez e muito há para fazer, mas o seu cunho pessoal e de relacionamento com os calhetenses é de “abertura e de diálogo”, como nos dizem, por isso a comunidade vê com bons olhos a possibilidade futura deste jorgense enveredar por novas causas e até mesmo na política. E como uma das suas bandeiras à frente da autarquia tem sido o trabalho que dignifica o ser humano, por isso, não viu com bons olhos a aprovação pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores da criação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA) áreas em 30% do mar do arquipélago [o objectivo é o de estabelecer a maior Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Atlântico Norte até 2030, sendo 15% com protecção total e 15% com protecção alta], por entender que, a par da preservação, as pessoas precisam de comer e viver com o que o mar lhes dá, “respeitando sempre o meio ambiente”.

Com orgulho na sua terra e nas suas gentes, o autarca diz ser de acordo “que se proteja as Áreas Marinhas Protegidas, que se proteja as Fajãs e todo o contexto que define a beleza dos Açores”, contudo entende que “o que falta é fiscalização”. Repetindo “falta muita fiscalização”. Em seu entender, “as pessoas devem poder continuar a apanhar lapas dentro de uma regra da análise que se faz dos stocks e



Décio Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Calheta de São Jorge

não dizer que a partir de agora ninguém mais apanha nada aqui. E, para além disso, ainda vem um Fundo Ambiental da União Europeia dizer que as pessoas vão sentar-se numa cadeira e aguardar. Qual é o respeito que estas pessoas têm pelo lugar onde nasceram e vivem? Como sociólogo, isso preocupa-me muito. Não estamos a falar em delapidar os recursos dos Açores, mas sim proteger os recursos e que as pessoas se alimentem dos mesmos”.

O autarca defende o trabalho em prol de

uma boa alimentação, de um equilíbrio com a natureza e na defesa da biodiversidade. “Em vez de proibir porque é que não se investe na fiscalização dos lugares e não se aplica coimas quando as pessoas não respeitam”.

Um outro exemplo de que há que preservar, mas sempre com fiscalização, é que São Jorge [e neste caso no município da Calheta] é a única ilha onde há produção de amêijoas na Caldeira do Santo Cristo, mas não é única porque existe também no

Algarve. Estamos a fazer um estudo comparativo para saber quais as que crescem mais depressa, como crescem (...) Mas o que verificamos é que nunca houve um stock tão baixo de amêijoas como agora. Porque? É uma área super-protetida, mas não se implementa regras para proteger a zona. Em boa verdade, há um vandalismo em torno de um recurso que é único nos Açores e está na ilha de São Jorge. Nenhum governo se preocupou com isso. A imagem que damos é que não estamos preocupados com um recurso tão raro que temos. Vão aparecer muitos hotéis, mas o desafio dos Açores está é na salvaguarda dos seus recursos. Para isso, insisto, é necessária fiscalização e coimas”.

Nesta sequência de conversa, Décio Pereira lembra “uma expressão muito engraçada do meu avô: «A gente quando se magoa e fica com ferida na pele, com uma cicatriz, a gente lembra-se». O mesmo acontece quando se paga uma coima. Vamo-nos lembrar sempre”, porque isso vai pesar no orçamento.

Mais de 700 pessoas por dia passam na Caldeira no Verão

A Caldeira do Santo Cristo é a reserva natural mais visitada da ilha. [classificada em 1984 e mais tarde classificada como sítio de importância internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar relativa a zonas húmidas].

“Há dias em que passam por esta fajã mais de 700 pessoas a pé e para a nossa escala é significativo. Isso acontece no período de Verão, mas todos os dias e nas restantes estações passam pessoas por lá, o que não acontecia antes. A pegada deixada já é grande, pois há mais produção de lixo e consumo de água. Há muitos anos que discutido com o Governo Regional dos Açores a necessidade de se implementar uma taxa turística para se ir visitar a Caldeira. Não sou a favor da taxa turística, no geral, mas em casos específicos sim, e o caso da Caldeira é um deles”, embora reconheça que “as taxas não podem ser muito elevadas e a minha sugestão era aplicar uma taxa entre 2 a 3 euros”. E esse dinheiro, diz Décio Pereira, “permite que as pessoas tenham

Mais de 50% dos residentes nas fajãs são estrangeiros



mais consciência do lugar que vão visitar e permite a criação de emprego, uma coisa tão necessária para nós”.

Mantem-se contra “taxas turísticas desmesuradas, não sou apologista”. Contudo, como refere o autarca, “é necessário ter em conta de que há uma maior recolha de lixo e isso tem custos para a Câmara”.

Lembra também que, apesar de tudo, “São Jorge tem filtro em relação à entrada de visitantes, ao contrário do que acontece nas ilhas do Faial, Pico, Terceira e São Miguel, que têm entradas directas. Mesmo assim, São Jorge tem tido um bom fluxo turístico composto por gente respeitadora do ambiente e com capacidade financeira. E para oferecer temos muito, porque somos uma terra fértil. Temos o maior embaixador dos Açores, o queijo de São Jorge, temos amêijoas fabulosas – precisam de salvaguarda -, somos dos melhores lugares, inclusive a Calheta – e a par com a ilha das Flores -, para fazer canyoning, temos trilhos pedestres fantásticos, fajãs e lugares super-recatados e maravilhosos, temos peixe e carne de excelente qualidade que oferecem qualidade à nossa gastronomia. Não podemos querer mais, temos é de ter consciência do que temos. Preocupa-me que a nossa gente, que está a crescer em intelectualidade, não esteja a perceber os recursos que temos e que para os transformar em produto é preciso ter outra consciência. Recursos são recursos e produtos são produtos, não se pode misturar”.

O presidente da Edilidade comunga da necessidade de salvaguardar e proteger o ambiente marinho dos Açores, mas como diz – “e com o perdão da linguagem -, nós não nos podemos prostituir. Não podemos massificar o Destino Açores porque o interesse rapidamente desaparece. Há quem defenda que o queremos é ter visitantes que tenham dinheiro. Não, nós não queremos só pessoas que tenham dinheiro, queremos é pessoas que tenham consciência do lugar que vão visitar e da pegada ambiental que não podem deixar. Um exemplo, eu diria hoje, sem muito rigor, que mais de 50% das casas que existem nas fajãs são de estrangeiros. Nada contra. Mas do que vou observando, eles não vêm para limpar

caminhos, não vêm para cultivar terras, mas sim, e apenas, para ocupar. As fajãs – dos Rosais ao Topo - são bonitas porque têm figueiras, vinhas, nespereiras (...) E quem está preocupado com esse legado?, questiona, ao mesmo tempo que defende a necessidade de “as autarquias e o Governo Regional dos Açores terem de colocar esta preocupação na agenda política para que daqui a 10 ou 15 anos” não haja surpresas na moldura ambiental das fajãs. Aliás, como faz questão de referir “por ser um bom observador” o que se verifica já nas fajãs é que “a vegetação atingiu praticamente a parte residencial. É importante recordar que as nossas fajãs, todas elas, tinham plantação de café e tinham macieiras, bananeiras (e agora só algumas têm), por isso entendo que aqui também é necessário salvaguardar porque essa riqueza não pode desaparecer porque, se assim acontecer, a beleza ímpar de São Jorge também desaparecer”. No entanto, como optimista que é “vejo São Jorge como uma ilha de grande futuro e não percebo quando ouço os jovens dizerem que na ilha não há oportunidades. Entendo precisamente o contrário – e estive fora 14 anos. Não fazemos todos os dias o que queremos. E no caso dos estrangeiros que nos visitam ou decidiram ficar por cá, todos eles são bem-sucedidos, o que quer dizer que, por vezes, não sabemos é olhar para o que temos. E melhoramos muito desde há 10-15 anos. E porquê? Porque as câmaras estavam falidas, em particular a minha [Calheta], cooperativas falidas, enfim tudo falido. Os meus primeiros sete anos como presidente da Câmara foram para trabalhar e pagar dívidas. Demos bons passos e felizmente sanamos as dívidas”. E o mesmo acontece com as pessoas que trabalham e dá o exemplo de um jorgense, em jeito de homenagem, “o Sr. Lopes, trabalhador, que vendia inhames, mel, corações negros (anonas) e se o parassem na rua e pedissem para vender um copo de vinho ele vendia (...). Morreu com um milhão de euros no cofre. Isso para dizer, refere o autarca, “que as oportunidades se fazem com trabalho e São Jorge tem muito para dar”.

Nélia Câmara

Câmara de Lagoa reúne com taxistas para planear resposta para transporte a portadores do cartão Lagoa + Saúde

O Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Frederico Sousa, reuniu, na última semana, com os taxistas que trabalham no concelho, com o objectivo de planear uma resposta complementar ao serviço transportes de doentes não urgentes, no âmbito do Cartão Lagoa + Saúde.

A intenção do município, com esta medida, é de facilitar o acesso a serviços de saúde aos lagoenses que beneficiam do cartão. “A qualidade de vida, a saúde e segurança da população sénior, dependente ou em situação de isolamento tem sido uma das grandes preocupações do Município de Lagoa”, segundo Frederico Sousa.

Neste sentido, e no âmbito do Cartão Lagoa + Saúde, será mais uma medida de apoio, no caso de necessidade de transporte de doentes não urgentes para consultas ou unidades de saúde. Uma medida que terá um

limite de viagens anual por utente, através de requisição médica.

Esta medida surge no âmbito do regulamento do Cartão Lagoa + Saúde, um cartão criado pelo Município de Lagoa, em maio 2017, como forma de substituir o antigo Cartão Municipal do Idoso. Destina-se a portadores de incapacidade superior a 70% e a partir dos 45 anos, bem como, a pessoas com 65 anos ou mais de idade, aos quais a Câmara Municipal de Lagoa atribui benefícios como: desconto na taxa de consumo da água e saneamento; apoio de 15€ na medicação; atribuição de cabazes alimentares em épocas festivas; apoio na realização de pequenas obras de manutenção e conservação das suas moradias e passeios lúdicos e actividades de exercício físico nas várias freguesias, conforme é referido na nota enviada às redacções.



Chega questiona remarcação de consultas em ilhas sem hospital

O Grupo Parlamentar do CHEGA requereu informações sobre como são remarcadas consultas programadas e exames médicos, quando os utentes – que tenham de se deslocar inter-ilhas - não conseguem comparecer devido ao mau tempo.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa Regional, os parlamentares dão conta que os utentes das ilhas sem hospital têm de se deslocar inter-ilhas para poderem ter consultas de especialidade programadas e exames de diagnóstico, às quais não conseguem por vezes aceder, devido a cancelamentos dos transportes marítimos e aéreos devido a más condições meteorológicas.

Os deputados questionam se, nestes casos, estes utentes têm prioridade na remarcação das consultas ou exames de diagnóstico, já que a falta de comparência não lhes pode ser imputada. No documento, os parlamentares questionam também quanto tempo, em média, passa entre a consulta ou exame perdidos e a remarcação dos mesmos.

Além disso, no documento enviado à Assembleia Regional, o CHEGA ques-

tiona se as Unidades de Saúde de Ilha e os Hospitais do Serviço Regional de Saúde, permitem que o utente antecipe a marcação de viagem, em caso de condições atmosféricas adversas, desde que as despesas entre o dia da antecipação e a data indicada pela Unidade de Saúde sejam suportadas pelo utente.

Para o deputado José Paulo Sousa, esta é uma situação que atinge muito a sua ilha – as Flores - deixando vários utentes sem consultas e exames, e a ter de esperar por vezes alguns meses para novas remarcações.

O parlamentar entende que “as pessoas não podem ser penalizadas pelas condições atmosféricas adversas. É preciso haver um mecanismo que lhes dê prioridade na remarcação de consultas, já que a não comparência à hora e dia marcados, não é da sua responsabilidade”.

José Paulo Sousa salienta que há utentes que, devido aos alertas de mau tempo, pretendem antecipar as suas viagens, “mas nem sempre lhes é permitido esta antecipação, mesmo quando as pessoas querem assumir os custos dessa alteração”, refere.